

Direito do Trabalho

Professor: Aline Leporaci

Aviso Prévio: Noções gerais

Resumo

O aviso prévio incide nos contratos a prazo indeterminado e consste na obrigação da parte que deseja rescindir o contrato em pré avisar a outra acerca de sua decisão.

O aviso prévio:

- Incide nos contratos indeterminados
- Ocorre nas extinções sem justa causa
- Deve ser promovido pela parte que decidir extinguir o contrato

O art. 487 da CLT trata do aviso prévio:

Art. 487 - Não havendo prazo estipulado, a parte que, sem justo motivo, quiser rescindir o contrato deverá avisar a outra da sua resolução com a antecedência mínima de:

I - oito dias, se o pagamento for efetuado por semana ou tempo inferior;

II - trinta dias aos que perceberem por quinzena ou mês, ou que tenham mais de 12 (doze) meses de serviço na empresa.

Desde a CF/88 não há vinculação do tipo de aviso prévio com o tipo de pagamento ou com o tempo de duração do contrato. O inciso I não foi recepcionado pela Constituição. A leitura do art. 487 deve ser feita conjuntamente ao art. 7º, XXI da CF.

Para regular a proporcionalidade do tempo do aviso prévio, foi editada a Lei 12.506/2011:

Art. 1º O aviso prévio, de que trata o Capítulo VI do Título IV da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, será concedido na proporção de 30 (trinta) dias aos empregados que contem até 1 (um) ano de serviço na mesma empresa.

Parágrafo único. Ao aviso prévio previsto neste artigo serão acrescidos 3 (três) dias por ano de serviço prestado na mesma empresa, até o máximo de 60 (sessenta) dias, perfazendo um total de até 90 (noventa) dias.

Se o contrato de trabalho for de até 1 ano – aviso prévio de 30 dias.

Completado um ano – 33 dias.

A cada ano subsequente – acrescenta-se mais 3 dias.

A soma poderá ser feita até o limite de 90 dias.

A proporcionalidade se aplica aos contratos a prazo indeterminado rescindidos sem justa causa do empregador.